

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES URBANAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. BRASIL 1891-1930*

Márcia Pereira da Silva**

RESUMO

Em fins do século XIX e na primeira metade do XX o Brasil teve no café do interior do estado de São Paulo seu principal produto de exportação. O café, compreendido como produto-mundo, aproximou o Brasil de países estrangeiros, cuja cultura valorizava o desenvolvimento, a civilização e a modernidade. O estreitamento de laços reais e imaginários imprimiu no universo dos cafeicultores concepções e valores inspirados no outro, mas moldados à realidade local a ponto de resultar num projeto de modernização materializado no financiamento da urbanização das cidades do complexo cafeeiro.

Este texto tece considerações sobre o processo de urbanização do município de Franca, o ideário da modernidade que o informou e a exclusão da população rural pobre que habitava a cidade e que ficou sujeita às políticas de educação oficiais e a aplicação da justiça, no período compreendido entre 1891 e 1930. Quando mais se exercitava a construção da nova cidade, mais iam se delineando, em termos identitários e de inserção social, as personagens desse drama: mulheres, prostitutas, imigrantes, pobres, fazendeiros, comerciantes. Nesse trabalho nos dedicamos aos fazendeiros cafeicultores e as representações que esses construíram de si mesmos, do lugar que escolheram morar e dos pobres em relação aos hábitos da bebida e do porte de armas, da prostituição e do trabalho. Para fazê-lo utilizamos aporte teórico relativo aos conceitos de identidade, urbanização, modernidade e memória. As fontes são documentos da administração municipal (Atas da Câmara e Códigos de Posturas), o Código Penal Brasileiro de 1890 e processos-crime.

Palavras-chave: Brasil, urbanização, identidade, normatização.

* Agradecemos à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que, através de financiamento, tornou possível nossa participação no Congresso.

** Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/ Campus de Franca. Brasil. Email: marciapereirasilva@gmail.com.

Introdução

O Brasil conheceu, desde a independência, várias tentativas de construção da nação. Muitos foram os debates entre diferentes grupos sociais sobre o que era o país e o que ele deveria se tornar, sobre as concepções políticas e econômicas que adotaria. A historiografia brasileira reconhece inúmeros projetos de Brasil-futuro, como o do partido conservador no tempo do Império, o jacobino, o liberal, o militar e o comunista durante a República.

Nas primeiras décadas do período republicano (1889-1930), o Brasil foi pensado segundo a urgência de fundação da nação e da identidade de seus membros a partir de pressupostos de civilidade, materializados no incentivo ao processo de urbanização em detrimento da realidade rural do país. O Brasil se pretendia, sobretudo, uma nação moderna.

O advento da modernidade foi descrito por Eric Hobsbawm (1981: 17) como um tempo pautado na dicotomia, na presença da civilização e da barbárie, da cidade e do campo, da indústria e da plantação. Tempo de “evolução da tecnologia, do conhecimento científico e da ideologia de uma crença no progresso individualista, secularista e racionalista”.

Muitos autores já se debruçaram sobre a modernidade, quase sempre destacando a complexidade do fenômeno.

Para Georges Balandier (1997: 277), estudos que envolvem períodos em que estava presente o imaginário da modernidade, ou analisam acontecimentos protagonizados por homens que se compreendiam modernos e inovadores devem considerar a importância do presente naquele contexto histórico. Para as personagens-fontes desses estudos o presente era arrebatador, único, permissivo, projetado para um futuro grandioso e ao mesmo tempo alimentado de um estoque ativo de memórias, representações e culturas de um passado ao qual se recorria a todo instante para legitimar o presente. Balandier chama a atenção para as contradições próprias da modernidade, para a importância dos velhos hábitos, chegando a afirmar que o termo pode ser definido como a “tradição do novo”.

Já para David Harvey (2003) a modernidade se relaciona com o passado exatamente porque quer superá-lo, romper com a própria continuidade histórica, instalar o novo, o nunca imaginado.

Baudelaire (1997) lançou mão da modernidade para expressar o estranhamento, a sensação de ruptura que lhe causava as constantes mudanças nos costumes, na arte, na moda, enfim, na realidade que o cercava na segunda metade do século XIX.

Marshall Berman (1998), em obra que tratou a modernidade de forma extremamente plástica e estética, a define como “um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo hoje”.

Os autores até aqui mencionados analisam a modernidade e suas múltiplas dimensões em países que já tinham alcançado considerável avanço sócio-econômico no início do século XIX. Outros pensadores consideraram espaços menos privilegiados. Perry Anderson (1986: 9), por exemplo, analisou o caso inglês e conclui que a modernidade, especificamente em sua forma artística e cultural denominada modernismo, não foi tão expressiva em países mais desenvolvidos quanto o foi em lugares que conjugavam “um passado clássico ainda utilizável, um presente técnico ainda indeterminado e um futuro político ainda imprevisível (...), na intersecção de uma ordem dominante semi-aristocrática, uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário semi-emergente ou semi-insurgente.” Como exemplo, o autor menciona o insípido modernismo inglês, em comparação com o mesmo movimento na Europa continental.

Adentrando um pouco mais na periferia do capitalismo em desenvolvimento em princípios do século XIX, Néstor Canclini (1997: 17-30) tece considerações sobre a modernidade na América Latina. O autor afirma que a modernização foi bem limitada na América Latina em relação às transformações econômicas e políticas, sobretudo de inserção de grupos menos abastados. Entre os latino-americanos a modernização, ainda na visão do autor, beneficiou uma minoria – a elite. É bem verdade que o desenvolvimento de qualquer país privilegia o grupo encarregado da gerência do mesmo, mas o que Canclini quer destacar é que a modernidade, pelo menos em idéia, significava também modernização política, ou seja, maiores possibilidades de democracia e que nos países da América Latina as antigas elites se apoderaram do fenômeno e o (re)significaram segundo seus próprios interesses.

Anthony Giddens (1991) chama a atenção para o universo urbano da modernidade. Segundo ele, as sociedades que cultivaram a pretensão da modernidade incentivaram o desenvolvimento e afirmação das cidades em detrimento do universo rural.

No interior de São Paulo, espaço escolhido para essa investigação, a modernidade chegou com o café, ansiosa, pelos trilhos da ferrovia. Tal região sofreu, nas primeiras décadas do

período republicano, um processo de acumulação capitalista oriundo dos lucros obtidos com a produção do café. Em Franca, semelhante a outras cidades do interior paulista, tal processo foi coordenado por uma elite que queria gozar das benesses da modernidade e viver num mundo que elegeu determinados comportamentos como civilizados. A urbanização significou a convivência conflitante entre concepções de civilização altamente influenciadas por padrões europeus e velhos hábitos de uma população rural, considerados inadequados.

Este texto tece considerações sobre o processo de urbanização do município de Franca, o ideário da modernidade que o informou e a exclusão da população rural pobre que habitava a cidade e que ficou sujeita às políticas de educação oficiais da administração local e a aplicação da justiça, no período compreendido entre 1891 e 1930. Quando mais se exercitava a construção da nova cidade, mais iam se delineando, em termos identitários e de inserção social, as personagens desse drama: mulheres, prostitutas, imigrantes, pobres, fazendeiros, comerciantes. Nesse trabalho nos dedicamos aos fazendeiros cafeicultores e as representações que esses construíram de si mesmos, do lugar que escolheram morar e dos pobres em relação aos hábitos da bebida e do porte de armas, da prostituição e do trabalho. Para fazê-lo utilizamos aporte teórico relativo aos conceitos de identidade, urbanização, modernidade e memória. As fontes são documentos da administração municipal (especialmente as Atas da Câmara e os Códigos de Posturas), o Código Penal Brasileiro de 1890 e processos-crime.

Por meio das Atas averiguamos como a população em geral pensava a cidade; as mesmas estão repletas de relatos de reclamações e solicitações ao poder público. Tais documentos são importantes também porque nos permitem averiguar as áreas e as matérias que foram privilegiadas nas ações do Estado. Os Códigos de Posturas revelam a normatização do espaço público e da vida cotidiana do município. Esses eram, originariamente, um conjunto de documentos municipais que reuniam as determinações do poder público. Com o tempo, a administração local começou a editar legislações específicas, a exemplo do Código Tributário e o de Obras. Assim, os Códigos de Posturas passaram a reger cada vez menos matérias, se ocupando na atualidade de questões vinculadas a estabelecimentos e espaços públicos, higiene e limpeza de ruas e praças e ao sossego público. Convém salientar que, atualmente, caíram no esquecimento em boa parte dos municípios brasileiros. No entanto, nos anos alvos dessa investigação, os Códigos de Posturas eram instrumentos essenciais de administração pública.

Dos processos-crime emergem as vozes da justiça oficial, bem como a da população chamada a depor, ocasião em que se revelam as visões de diferentes grupos sociais sobre hábitos e

costumes locais. Interessa-nos os processos com denúncias de perturbação à ordem pública, crimes contra o patrimônio público, ações praticadas em ambiente público ou relativas a atitudes desaprovadas enquanto conduta inadequada. Em outras palavras, nos interessamos por processos relacionados à ordem, aos costumes e ao comportamento social. No conjunto, consultamos processos registrados nos seguintes assuntos: injúria, injúria verbal, injúria à autoridade ou desacato, difamação, calúnia, desordem, desordem com porte de armas, desordem com porte de armas e ameaça, desordem com ameaça e danos, desordem com perturbação, desordem com devassa e ameaça, ofensa ao pudor, atentado ao poder, atentado violento ao pudor, permissão de casas com jogos ilícitos, jogos ilícitos (jogo do bicho), bigamia, perjúrio, charlatanismo, embriaguez, vadiagem, vadiagem com ameaça, vadiagem com furto, vagabundagem, embriaguez e resistência a prisão, Termos de Bem Viver. Convém repetir que os processos somente foram considerados como fontes após a leitura se os crimes e/ou delitos relacionaram-se com o espaço público.

O Código Penal do Brasil é essencial, obviamente, porque fundamenta legalmente os processos e serve de comparação com o Código de Postura então em vigor. Conforme tratamos no decorrer do texto, houve ocasiões em que as posturas de Franca foram discrepantes com a legislação nacional. Até meados do século XX estiveram em vigor no Brasil as Ordenações Filipinas (sobre as especificações criminais seu Livro V – também chamado de Código Filipino), o Código Criminal do Império (ou Código de 1830), o Código Penal de 1890 e o Código Penal de 1940. Entre os dois últimos houve ainda a Consolidação das Leis Penais de 1932. Explica-se: as inúmeras críticas suscitadas pelo primeiro Código Penal Republicano resultaram em muitas alterações, na forma de Leis esparsas compiladas pelo Desembargador Vicente Piragibe, que as sistematizou em um corpo de dispositivos que recebeu o nome de Consolidação das Leis Penais e passou a ser o novo estatuto penal do Brasil.¹

Quanto ao período selecionado, 1891-1930, convém explicar que as datas foram escolhidas segundo exigências históricas e da própria documentação. Como o nosso objetivo não é comparar os Códigos penais brasileiros julgamos prudente trabalhar com apenas um Código; por esse motivo inicialmente escolhemos a década de 1890. Não foram encontrados processos para o ano de 1890 relativos à preocupação da pesquisa, por isso mesmo começamos em 1891, ano em que registramos 03 processos. Já o ano de 1930 marca uma mudança muito significativa na política

¹ Para maiores informações ver PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil – Evolução Histórica*. Bauru: Jalovi, 1980.

brasileira, didaticamente conhecida como Revolução de 30. Historicamente dataram das primeiras décadas republicanas o primeiro grande impulso da urbanização brasileira.

Franca e o interior de São Paulo

As primeiras mudas de café chegaram ao Brasil ainda na primeira metade do século XVIII. As mudas já serviram de presente e de ornamentação; o café já foi servido como bebida exótica, inspiradora de mentes letradas. Com o tempo, o consumo cresceu. O café saiu de solo amazônico, entrou pelo vale do rio Paraíba e ganhou grande importância na economia brasileira, num período de queda da mineração. No entanto, foi somente quando encontrou a chamada “terra roxa” do interior de São Paulo que a cultura cafeeira se afirmou e se expandiu, garantindo certa recuperação econômica para o país durante o Império e início do período republicano.

Na medida em que capitalizavam, as cidades brasileiras iam crescendo, o país se projetava em exemplos estrangeiros, com vistas à modernidade. As cidades foram se tornando o centro das atenções do Estado, no sentido de garantir a tão almejada civilidade, tornando-se, assim, espaço importante de estudos para aqueles que buscam compreender o período. A importância de estudá-las já foi apontada por Fernand Braudel (1998: 439): “As cidades são como transformadores elétricos (...) aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens”. O autor chama a atenção para a existência de semelhanças e diferenças na história das cidades, comparadas umas às outras. “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (SANTOS, 1996, p.213).

Segundo Italo Calvino (1999), são múltiplas as realidades que convivem nas cidades, como também são vários os estudos que as mesmas propiciam, permitindo diferentes olhares.

Entendemos que o estudo das cidades que cresceram com o avanço da marcha cafeeira é essencial para a compreensão do processo de urbanização brasileira. Ate-mo-nos aqui à Franca, uma das cidades que integravam o chamado complexo cafeeiro. Chamamos de complexo cafeeiro o conjunto dos municípios do interior do estado de São Paulo que se dedicaram a produção do café e que foram interligados por uma extensa malha de estradas ferroviárias (Mogiana, Paulista, Sorocabana e outras) que convergiam para a linha-tronco da São Paulo Railway até o porto de Santos. Tais cidades atraíram imigrantes, se urbanizaram e viveram, além do processo de

produção do café, aquilo que denominamos de cultura cafeeira. Por cultura cafeeira compreendemos o universo do café, as fazendas, seus habitantes, hábitos, sociabilidades, concepções de trabalho, a riqueza obtida com o comércio, a diversidade oriunda do imigrante que chegava em busca de oportunidades, o contato com o estrangeiro, as viagens dos cafeicultores à Europa e o conhecimento delas decorrente, a urbanização e as novas técnicas e ideários arquitetônicos importados da Europa, além das trocas simbólicas, comerciais e de capitais que se concentravam nas cidades. Integrou a cultura cafeeira a intenção de urbanização de uma elite agrária que queria viver na cidade, usufruir das benesses e dos bens de consumo dos novos tempos, cercar-se daquilo que considerava civilização, mas sem se afastar das fazendas que lhe garantia enriquecimento. Essa elite construiu, aos poucos, uma identidade de si mesma e expressou, na normatização do urbano, como via os demais moradores das cidades, sobretudo os pobres.

Escolhemos o município de Franca em razão de duas peculiaridades locais em relação às demais cidades do complexo cafeeiro. A primeira é decorrente do fato de Franca não ter a tão aclamada terra roxa (como muitos pensam até hoje), fato que fez com que os maiores investidores não fossem atraídos para a cidade, pois iam para o município de Ribeirão Preto e arredores.

A segunda característica está relacionada à origem do município.

Localizada no nordeste do estado de São Paulo, a 400 km da capital, Franca foi elevada de vila à categoria de cidade em 1846. Teve economia baseada na pecuária, no café e em culturas como algodão, soja, arroz e milho, até que o local foi definitivamente tomado pelas fábricas de sapato. No entanto, sem a produção cafeeira a cidade não teria conhecido o desenvolvimento que lhe proporcionou dedicar-se a produção de calçados. Antes das fábricas tomarem a cidade foi o café que impulsionou a urbanização. Com o café, chegou a ferrovia e foi atraído o imigrante. Chamamos a atenção para o fato de que Franca é uma cidade de povoamento mais antigo do que a economia cafeeira. Nos lugares em que o sítio urbano se estabeleceu em virtude do café, a configuração do rural e do urbano já se deu dentro da lógica mercantil da produção e em sintonia com as concepções de mundo dos produtores. Em Franca, quando o café gerou lucro e significou um projeto de urbanização de conformidade com o *modus vivendi* da elite cafeeira, seus habitantes já estavam acostumados a viver sob outros conceitos, em muito informados pelo rural.

Essas duas características (investidores menores do que os de Ribeirão Preto e arredores; e antiga origem da cidade) influenciaram enormemente as concepções que os cafeicultores tinham de si mesmos e das pessoas que os cercavam, conforme explicitamos a seguir.

Os cafeicultores e a cidade

As origens da cidade de Franca remontam a um pequeno povoado construído na rota do caminho de Goiás para servir de pouso para boiadeiros e de local para consertos de seus carros de bois. A população que ali se afixou se dedicou a produção agrícola para consumo, artesanato de chinelos rudimentares, criação de gado, diversificou a agricultura até que chegaram as mudas de café. Com o advento da ferrovia a cidade entrou para o complexo cafeeiro, propiciando o enriquecimento de antigos moradores que já compartilhavam determinadas visões de mundo. Quando o café se tornou principal produto de exportação do Brasil, a cidade perdeu terreno para os produtores de Ribeirão Preto, em virtude de a planta ter encontrado na terra roxa solo mais propício para seu desenvolvimento.

O **quadro 1** demonstra como Franca já era uma cidade em 1874, enquanto Ribeirão apenas começava a se povoar; revela também como Ribeirão Preto cresceu rapidamente com a cultura cafeeira, enquanto Franca teve sua população diminuída em 1886, estando muito aquém de Ribeirão em 1920. Tal fato explica-se pela atração exercida pela terra roxa e a migração de trabalhadores do café.

QUADRO 1
População total dos municípios da Mogiana (1874-1920)

MUNICÍPIO	ANO	1874	1886	1900	1920
Batatais		13.464	19.915	19.164	21.816
Franca		21.419	10.040	15.491	44.308
Ribeirão Preto		5.552	10.420	59.195	68.838

FONTE: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

Os cafeicultores francanos (grupo que chamamos de elite local) se constituíam de um conjunto de famílias que já moravam na cidade, se conheciam e compartilhavam valores de mundo. Construíram-se, entre eles, referenciais identitários comuns.

A identidade se define constantemente, fíncada no coletivo e em diferentes temporalidades. Acreditamos que os historiadores, de modo geral, concordariam que a identidade é a territorialização da memória que, como já afirmou Halbwachs (1990), deve ser tomada sempre no âmbito do coletivo.

A cidade guarda a memória coletiva e abriga as múltiplas identidades sociais. As escolhas que os moradores da cidade fazem, no sentido da preservação e da mudança, dizem respeito à construção da identidade de cada um e de todos, a uma identidade compartilhada que se expressa na cultura cidadina.

Para os propósitos desse trabalho são úteis as formulações sobre cultura de Alfredo Bosi. Partindo da etimologia da palavra (o verbo latino *colo* – “eu ocupo a terra”), o autor define cultura como

(...) *o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar*, e não apenas em termos de agricultura, mas também de transmissão de valores e conhecimento para as próximas gerações. Nesse sentido (...) afirma que cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social (SILVA; SILVA, 2005, p. 86).²

Da idéia do autor depreendemos algo que é considerado importante em qualquer definição de cultura: seja no âmbito da concretude ou do simbólico, da produção material, do conhecimento, crença ou religião, a cultura relaciona-se com as permanências e está fincada na memória social, na base das percepções identitárias de uma dada sociedade.

Cultura, memória e referenciais identitários comuns compuseram o universo dos cafeicultores francanos. A proximidade de vivências e as experiências em comum dos membros da elite de Franca se explicam, a nosso ver, pelas propriedades menores e pela antiguidade da fundação do município em comparação com as outras cidades do complexo cafeeiro.

Como já salientamos anteriormente o fato do café ser cultivado em fazendas de pequeno e médio porte permitia aos proprietários maior controle dos seus empregados, dos agregados e dos membros da família, inclusive em aspectos mais cotidianos. Grandes viagens para a comercialização e transporte do produto, que significariam grandes ausências, não eram necessárias, uma vez que a ferrovia passava “na porta das propriedades”. Esses fazendeiros se viam como provedores e únicos capazes de organizar e gerenciar a vida de todos os que viviam nas proximidades. Ademais, os mesmos não sofreram tanto a concorrência do imigrante, se comparado a cidades com a terra roxa. Grandes fortunas foram feitas por imigrantes que chegaram com capital de investimento e rapidamente se inseriram na política local em Ribeirão Preto e demais cidades da terra roxa; Franca

² O livro de Alfredo Bosi ao qual se refere Vanderlei Kalina Silva é: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

não atraiu esse tipo de imigrante. O que queremos deixar claro é que a elite era tradicional, conservadora e não afeita a participação de imigrantes na política local.

Trata-se de uma elite de hábitos rudes atrelada ao capital oriundo da agricultura que, ao enriquecer, passou a ter certa ligação com os grandes centros europeus.

O café era um produto-mundo que, por este motivo, articulava espaços e tempos humanos distantes, materializados e consubstancializados em sociabilidades, culturas, regimes políticos, enfim, civilizações dispares, tal qual a que era marcada pelo compadrio e o coronelismo dos sertões paulistas e a que envolvia a teatralidade dos belos e calculados gestos de *finés* dos investidores e compradores londrinos, parisienses e de Nova York. O comércio do café envolvia também múltiplas ações econômicas, que incluíam a entrada no estado de São Paulo de maquinários e de gentes vindos de outros países. Tudo isso significava também a importação e transmigração de hábitos, habilidades, refinamentos, moda, estilos arquitetônicos, entre outros. Enfim, por meio da riqueza, das necessidades, das oportunidades ou dos gostos, o *coffee business* aproximava o Brasil dos demais países do mundo, intensificando o processo de mundialização (DOIN, 2001).

Na medida em que conviviam com a modernidade em terras estrangeiras, a elite desenvolvia o projeto de civilizar a si mesma e ao meio em que vivia. Para os membros dessa elite, as amplas casas das fazendas não mais pareciam adequadas; resolveram morar no centro da cidade. Agora freqüentavam e transitavam pela urbe, ali adquiriram propriedades, diversificaram os negócios, mas sonhavam com uma cidade limpa, organizada, que não cheirasse a estrume de cavalos e não fosse palco de tanta bagunça e confusões protagonizadas por pobres que não se adequavam ao projeto de civilização.

A elite local planejou, financiou e executou o projeto de civilização do meio urbano. A visão que os cafeicultores tinham da cidade foi influenciada pelo desenvolvimento de outras cidades do país, em muito inspiradas nas reformas de Paris dirigidas pelo barão Georges Haussmann³.

Haussmann falava de funcionalidade, de casas como “máquinas de habitar”, de construção que utilizasse materiais modernos como concreto armado, vidros planos em grandes dimensões; ; defendia a criação de amplas “artérias de tráficos”, mesmo que a custa da destruição/demolição de bairros populares.

³ Georges-Eugene Haussmann (1809-1891) nasceu em Paris e influenciou diretamente a administração pública no governo de Napoleão II. Suas concepções de urbanização, desenvolvimento e espaço urbano foram decisivos no (re)modelamento de Paris em anos imediatamente anteriores à belle époque francesa. Para maiores informações ver: PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, pp. 89-98; NEEDELL, J. D. Op. Cit., p.49-52. SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997, p.269-271.

Muitas cidades brasileiras se inspiraram no modelo, algumas menores, outras de grande porte. Tais inspirações foram, obviamente, relacionadas com a realidade nacional/local.

Ao abordar a influencia que centros míticos da modernidade (Paris e Londres) exerceram em “cidades periféricas”, tanto européias como latino-americanas, Richard Morse (1995: 207) chama a atenção para o fato das limitações próprias das transposições, uma vez que a urbanização é (re)lida de conformidade com a formação social, econômica e/ou histórica do próprio observador. Nas palavras do autor “não se pode dizer que a periferia reflita o centro”, uma vez que a “cidade periférica não é mimética” porque responde a sua própria lógica histórica. Segundo Berman (1998: 170), o modernismo urbano de periferia, ou aquilo que ele chamou de “modernismo do subdesenvolvimento” foi marcado pelo constante sentimento de que a modernidade estava sempre distante, no outro que devia ser copiado não em sua totalidade, uma vez que a angustia do atraso gerou a crença de que apenas uma parcela da civilização podia ser alcançada na periferia. Isso, ainda segundo o autor, gerou um eterno querer da modernidade e um modernismo de formas extremamente originais e típicas de cada realidade.

A elite francana também queria sua cidade moderna. No novo mundo que se anunciava era preciso embelezar, controlar o feio, esconder o atraso. Instrumentos oficiais/ legais foram usados para isso, a exemplo do nome e da fachada dos estabelecimentos comerciais que, nos processos que analisamos, auxiliava na absolvição ou condenação de proprietários e/ou clientes presos nesses locais.

Vários processos de desordem e embriaguez envolveram os proprietários de duas casas comerciais, seja como réus, testemunhas ou vítimas. Trata-se do Botequim de Felix Garcia e da Casa de Bebidas de Dipp e João Matar. O primeiro vendia bebidas, comida e vários artigos de consumo, como fogos de artifícios; funciona no período da manhã, tarde e noite, estendendo os serviços até a madrugada do próximo dia. O segundo vendia somente bebidas e atendia clientes no horário comercial. Ora, parece-nos claro que desordens e confusões eram bem mais comuns no Botequim de Felix Garcia, dado o adiantado da hora e os fogos de artifício disponíveis a qualquer momento. No entanto, esse era um estabelecimento comercial considerado “respeitoso dos bons costumes”, muito em virtude de “não incitar a bebida e os maus hábitos” por ter nome apropriado e manter a fachada de casa familiar, ser freqüentado por “senhores e senhoras bem quistos em nossa sociedade”. Já a Casa de Bebidas e os seus dois proprietários foram freqüentes motivos de ataques nos processos, acusados de incitar a embriaguez, o jogo de cartas e do bicho. O curioso é notar que o discurso da justiça enfatiza a publicidade dada à venda de bebidas, começando pelo nome do

comércio, argumentando inclusive que as atividades ali desenvolvidas “podiam não ser tão aparentes”. Em outras palavras: vender bebida alcoólica somente aparece como “profissão proibida” se o comércio vendesse somente isso e/ou fosse conhecido por fazê-lo.

A preocupação com a aparência, sobretudo das ruas do centro da cidade e com a área que abarcava a estação ferroviária é constante nos processos. A idéia do poder público era manter a população mais simples e/ou portadora de hábitos tidos como não civilizados fora do centro político-econômico do município. As prostitutas, por exemplo, aparecem nos processos como “necessárias a manutenção da ordem pública e dos bons costumes... “menos quando ocupam lugares públicos a luz do dia que lhes são proibidos”.

Douglas Aguiar (2002) já alertou para o fato de que o crescimento urbano até meados do século XX se mostrou problemático porque desconsiderou a chamada *complexidade do urbano*, determinando exclusão ao invés de aceitar que uma gama muito variada de interesses conviviam na cidade, numa mesma porção de território, num mesmo bairro, ou, por vezes, numa mesma rua.

No período da urbanização acelerada de Franca foram muitas as preocupações com o centro da cidade.

Pelo menos até o final de 1940 (...) a classe dominante local não abandonará o Centro, localizado no topo da Colina Central. Os mais ricos continuarão habitando os sobrados e casarões localizados nas suas principais ruas e praças, locais onde também se instalarão as casas comerciais mais requintadas, os estabelecimentos de crédito e, posteriormente, as primeiras indústrias de calçados da cidade, que irão aproveitar os antigos prédios que antes serviam ao comércio e a presença de melhoramentos infra-estruturais, como água encanada, rede de esgotos e energia elétrica (FOLLIS, 2004: 34).

Ribeiro (1941) tece considerações sobre o crescimento do comércio varejista e a ocupação do espaço na área central de Franca, bem como dos pólos que ligavam o Centro à Estação (bairro que se tornaria mais um centro comercial, muito em virtude da presença da ferrovia). O autor comunga com a idéia de que tais áreas abrigaram o comércio e a moradia dos grupos mais abastados da cidade.

Se é verdade que a distribuição espacial dos bairros de um dado município tende a explicitar a diferença de renda dos variados estratos sociais, o que dizer do centro da cidade? A cidade cresceu e, ainda hoje, mesmo um observador inexperiente certamente notaria que as indústrias há muito saíram do centro do município, mas a elite e os casarões ainda estão por ali, em meio às novas e mais populares casas comerciais; o centro da cidade ainda não é decadente. Talvez

seja essa uma característica remanescente da modernização conservadora que parece ter agregado à praça central os valores da família, religião, bons costumes (coisa própria de sítios urbanos bem menores). Acreditamos que o ordenamento social impingido por essa elite disseminou determinadas idéias sobre o centro da cidade.

Dos hábitos urbanos dos pobres em geral: prostitutas, bêbados e arruaceiros (os que andam armados)

Os cafeicultores que residiam em Franca compunham o grupo de administradores e políticos locais, obviamente relacionados com as demais instâncias de poder do Estado. Os membros dessa elite política, inseridos na cultura cafeeira em muito tributária da modernidade, projetavam a cidade-futura e imaginavam o cidadão francano ideal espelhados neles mesmos, ao mesmo tempo que (re)construíam representações das demais personagens da cidade.

As imagens que a elite cultivava dos outros moradores locais podem se depreender da análise de documentos oficiais da administração (Código de Postura e Atas da Câmara), da imprensa do período e dos processos-crime. O pobre ideal era acostumado ao trabalho, educado, de pouca conversa, conhecedor de seus direitos, avesso à violência e ao porte de armas e disciplinado. As prostitutas eram vistas como mulheres necessárias à preservação da família, mas que deviam ser discretas e caseiras durante o dia, cobrir os corpos caso precisassem andar pelas ruas e “mais soltas e risonhas” durante a noite, mas ainda reclusas à lugares apropriadamente afastados da cidade limpa e organizada. Os imigrantes eram bem vindos no trabalho das roças, nas colheitas, mas deviam ser conhecedores do lugar que ocupavam na sociedade, sem pretensões sociais e políticas.

Mas o que fazer quando pobres, prostitutas e imigrantes não se contentassem com as funções que desempenhavam na sociedade? A elite cafeeira respondia evocando o respeito às normas e o medo da justiça.

A higienização determinou, junto com a racionalização e uma determinada concepção de urbanização, a tônica do ordenamento social do Estado, na tentativa de controlar o corpo e os hábitos dos grupos menos privilegiados nos espaços urbanos e, especialmente, nos ambientes públicos. Como já afirmou Bourdieu (2007: 78), “hábitos e vida cotidiana” são dados “pelo entrecruzamento do ‘capital herdado’ com o ‘capital adquirido’, marcados por sistemas de valores e crenças”.

Na cidade, a vida em sociedade era marcada pelo novo e o velho, simultaneamente; por espaços advindos de temporalidades distintas que se (re)significavam dia a dia e ganhavam novas representações num tempo marcado pelo imaginário da modernidade.

A aparente contradição de uma cidade com hábitos tradicionais estar envolta numa atmosfera de modernização ficou registrada nos documentos que analisamos.

Na leitura das Atas da Câmara e dos Códigos de Posturas do século XIX salta aos olhos algumas características da cidade, composta pelo rural e por pequenos núcleos urbanos (ou vila). Até meados do século XIX as moradias eram bem simples na vila (urbano), os moradores solicitavam providências dos fiscais públicos para com o grande número de formigueiros, denotando a precariedade das construções, havia muitos problemas com terrenos sem edificação de casas, com a água (confusões e brigas em torno das bicas) e a saúde pública. Há indícios de hábitos também geralmente ligados ao rural, como o hábito de andar armado (no mato facas e espingardas se justificavam pela defesa de animais perigosos, para “abrir picadas” ou mesmo para serviços em fazendas), o costume de dar “tiros a esmo”, inclusive em ocasiões comemorativas, animais como meio de transporte no urbano e ainda grande ocorrência de confusões oriundas da mistura de todos esses elementos com ao hábito cotidiano da bebida alcoólica. Esta era a situação na primeira metade do século XIX.

Mas a República imprimiu na cidade as marcas da modernização. É impressionante como pequenos povoados e modestas vilas se transformaram rapidamente em cidades florescentes. Na primeira metade do século XX, tais cidades já possuíam água encanada, energia elétrica, telefone, esgoto, pavimentação, viadutos e melhoramentos públicos típicos das metrópoles do período. É notório que características relacionadas à modernidade passaram a fazer parte de todo um conjunto de cidades do interior de São Paulo a contar do momento em que foram incluídas no jogo das trocas mercantis promovidas pela economia cafeeira. Novidades tecnológicas, comportamentos, símbolos e ritos diferentes, bem como novos códigos de sociabilidade e relações sociais foram instaurados (DOIN, 2001).

A chegada da ferrovia em 1887 incluiu Franca no complexo cafeeiro, impulsionou a produção, representando a solução dos problemas com o transporte, maiores lucros, maior monetarização da economia, a vinda de imigrantes para a cidade, aumento da população, incremento do comércio, diversificações de profissão e negócios, sobretudo no mundo urbano.

Acreditamos que a entrada de Franca no complexo cafeeiro propriamente dito significou um vertiginoso desenvolvimento econômico continuado que resultou na urbanização e num projeto de modernização de uma elite conhecedora da chamada civilização européia.

Quando a riqueza do café colocou o município diante do projeto modernizador e urbano, tradicionais hábitos precisavam ser contidos. Com efeito, Anthony Giddens (1991) chama a atenção para a importância do universo urbano nas concepções da modernidade. Segundo o autor, a modernidade surgiu na Europa e sobrepujou surpreendentemente a realidade até então voltada ao rural e ao campo. Giddens ainda adverte que não se tratou simplesmente da exclusão do rural e afirmação do urbano, mas de um movimento de continuidades e rupturas entre o tradicional e o moderno. Em Franca o tradicional permaneceu de muitas formas: antigos hábitos políticos, coronelismo, política de favores, enfim, as velhas relações políticas brasileiras travestidas de um ambiente moderno e polido, bem ao gosto de um Brasil caipira.

A administração local, sob o comando dos cafeicultores, normatizou o cotidiano com intuito de construir a cidade que almejavam. Alguns comportamentos foram incentivados por meio da educação e da propaganda, outros punidos. A normatização resultou numa situação de faces: elegeu comportamentos apropriados criando espaços privilegiados de convívio social, ao mesmo tempo gerou o oposto, espaços de exclusão marcados pela recusa de habitantes locais em aderirem ao projeto de civilização. Esses estiveram sujeitos à repressão/ punição materializada nos processos-crime. Muito do que pensava a elite sobre a população pode ser depreendido da aplicação da justiça.

Nos processos de desordem e embriaguez, por exemplo, não estava em julgamento o fato ou acontecimento que motivou a ação pública judicial, como determinava o Código Penal. O que importava é se aquele que cometeu o delito o fez ocasionalmente (em virtude de uma fraqueza momentânea) ou se era alguém propício a incorrer freqüentemente na infração, o que fazia desse indivíduo alguém não adaptado à civilização. Determinava o Código Penal de 1890 circunstâncias “aggravantes dos crimes”: “quando o criminoso for avesado a praticar más ações, ou desregrado de costumes”.⁴ Com efeito, na cidade em desenvolvimento, um dos “costumes” mais valorizados era o trabalho freqüente e disciplinado; o ócio foi combatido enquanto elemento facilitador de desordens e criminalidade. Vejamos alguns exemplos.

A preta Maria Osória (processo 2223 de 1906), por exemplo, foi processada por percorrer, com freqüência, as ruas da cidade embriagada (embriaguez e vagabundagem). Argumentou, em sua defesa, que costumava se empregar em casas de família como lavadeira e/ou

⁴ Código Penal de 1980, Título IV – Das circunstancias agravantes e atenuantes, Artigo 38, § 1º. b.

cozinheira, mas que estava, naquele momento, com dificuldades de contrair emprego em virtude do vício da bebida. Mas as testemunhas afirmaram que nunca a viram trabalhar. Ela foi condenada (quatro anos de prisão) porque não pode comprovar que tinha o hábito de trabalhar. Já o Dr. Antônio Nascimento, processado por pelo menos quatro vezes por embriaguez e desordens (1903 e 1907) não foi tratado da mesma forma porque era Bacharel. Todas as testemunhas corroboram para o fato de que ele se embriagava com frequência, sempre incomodava a ordem pública, não exercia nenhum trabalho (sustentado pela família), mas tinha ofício. Nunca apareceu na delegacia... foi processado a revelia e nunca foi condenado. Seria em virtude das posses da família? Não somente isso: outros réus condenados pelo mesmo feito, mas de origem bem mais modesta, foram absolvidos porque puderam comprovar o ofício de “fazer roças”.

O trabalho era uma forma de educar os hábitos cotidianos. No limite, as sentenças eram tomadas levando em consideração o “gosto pelo trabalho”. A condenação de Benedicto Maria Salomé, no processo de número 2741 do ano de 1913, foi assim justificada:

(...) considerando que se trata de um contraventor reincidente, de um indivíduo refratário a admoestações, imprestável por enquanto no meio social, por sua ociosidade e antes elemento perturbador da ordem, freqüentador da cadeia, e vivendo, quando solto, à custa de baixas meretrizes ou de pequenos furtos (...) é preciso colocar (...) esse indivíduo em um meio que lhe corrija as péssimas tendências e tente desenvolver-lhe, se é possível, o gosto pelo trabalho.

Benedicto Salomé foi condenado a reclusão de três anos em Colônia Correccional.

Obviamente, tais processos eram vistos como ótima oportunidade de limpar as cidades dos maus hábitos, ou pelo menos educar os processados para que não os exercitassem mais.

Curioso notar que, segundo o Código Penal, estar embriagado ao cometer um dado delito ou crime era atenuante para o julgamento. Mas do que isso, estipulava o Título III (Da responsabilidade Criminal; das causas que dirimem a criminalidade e justificam os crimes) do Código de 1890: “Art. 27. Não são criminosos: (...) § 4º. Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime”. Mesmo assim, os processados em Franca, no ato da prisão em flagrante negavam a embriaguez. Os mesmos somente admitiam a bebedeira depois de constituir representação, ou seja, no segundo depoimento já com auxílio de advogados. É bem provável que a população em geral tenha se apropriado do discurso oficial contra a embriaguez, em nome da civilidade na urbe, a ponto de achar que o fato de estar bêbado era complicador do delito. Os advogados, uma vez constituídos, esclareciam a confusão, fato que resultava na confissão ou ênfase ao uso do álcool no segundo depoimento.

Aos poucos velhos hábitos foram sendo coibidos. Outro exemplo foi o combate ao costume de andar armado e dar tiros para o alto em festas e comemorações. Propagandeou-se a idéia de que as armas não eram necessárias na urbe e que a felicidade em ocasiões festivas era “melhor expressada” se por meio de “abraços, risadas e palmas”.

No conjunto, o comportamento público foi disciplinado ao modo da elite local, afeita à determinadas concepções de civilidade.

Considerações Finais

Nas duas primeiras décadas do século XX termos como crescimento, desenvolvimento, urbanização, progresso, higienização e modernização fizeram parte, em muito, da história de Franca, bem como dos demais municípios da economia cafeeira do interior de São Paulo. Modernizar a cidade era também disciplinar os costumes, os hábitos, o cotidiano, uma vez que a população não privilegiada tinha dificuldades de se integrar “naqueles hábitos novos e refinados” (...) “aqueles que pareciam tirados de um mundo que não existe...” (DOIN, 2007: 5).

Desenvolver, civilizar, significava “abrir para a novidade”, novidade urbana com o desenvolvimento da cidade, novidade econômica, mas não novidade política. A elite cafeeira não pretendia abrir mão do mando político, na maioria das vezes possibilitada por relações privadas não relacionadas com a pluralidade democrática “sugerida” pelos novos tempos. A novidade da modernidade, envolta no imaginário do desafio e da coragem não podia sugerir aos grupos menos privilegiados a sublevação social: certamente aqui entra o caráter excludente do fenômeno.

A idéia de modernização conservadora vincula-se ao modo como a costumeira e infeliz manutenção do poder das elites se deu por meio da manipulação do desenvolvimento urbano e do desejo de experimentar os novos acessórios modernos (urbanização, telefone e cinema, entre outros (DOIN, 2007: 3).

As relações políticas com base no privado permaneceram, e foram incentivadas ao mesmo tempo em que se difundia o trabalho como necessário para a “melhoria de vida”. Por “melhoria de vida” difundia-se a possibilidade de comprar bens de consumo (propiciado pelo salário), mas não a aquisição de capital social e político.

A elite enriquecida com o café propôs a urbanização, agregou valores da modernização na cidade, ao mesmo tempo em que excluiu hábitos, idéias, atrasos, pobres, pessoas mesmo. Quanto

mais eficiente a política de exclusão, mais a modernização alcançou êxito aos olhos de seus idealizadores locais.

Fontes

Arquivo Histórico Municipal de Franca

✓ Atas da Câmara Municipal de 1889 a 1930

✓ Processos-crime motivados por injúria, injúria verbal, injúria à autoridade ou desacato, difamação, calúnia, desordem, desordem com porte de armas, desordem com porte de armas e ameaça, desordem com ameaça e danos, desordem com perturbação, desordem com devassa e ameaça, ofensa ao pudor, atentado ao poder, atentado violento ao pudor, permissão de casas com jogos ilícitos, jogos ilícitos (jogo do bicho), bigamia, perjúrio, charlatanismo, embriaguez, vadiagem, vadiagem com ameaça, vadiagem com furto, vagabundagem, embriaguez e resistência a prisão, Termos de Bem Viver. Anos: 1890-1930. Caixas de números 0059 a 0201 e de número 878.

Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”

✓ Caixas 0015 a 0154 – Documentos relativos a administração do município e Franca.

Fontes publicadas

FRANCO, Missimo Melo (org.). *Almanach da Franca para 1902*. São Paulo: Duprat, 1902, pp.91 a 94, 110 a 117 e 144 a 147.

PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil – Evolução Histórica*. Bauru: Jalovi, 1980.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, D. V. Colisões Urbanas: continuidades e descontinuidades. *Arquitexto*. São Paulo, Texto Especial 166, jan. 2002.

ANDERSON, P. Modernidade e revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, n.14, 1986.

BALANDIER, G. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARCELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

BAUDELAIRE, C. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a experiência da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/ Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. vol. 1 – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. vol. 2 – O jogo das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CALVINO, I. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

DOIN, J. E. M. et al. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização do mundo do café (1852-1930) – a proposta do CEMUNC*. *Revista Brasileira de História*, v.27, n.53, São Paulo, jan./jun. de 2007.

_____. *O Capitalismo Bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. Tese de Livre-Docência. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2001.

FOLLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A Era do capital – 1848/1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LEPETIT, B. A história leva os atores a sério? In: SALGUEIRO, H. A. (org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

MORSE, R. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995, pp. 205-225.

PRADO JR, C. *História econômica do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, M. da C. M. *Franca: contribuição ao estudo dos centros urbanos brasileiros*. *Revista do Arquivo Público Municipal (São Paulo)*, v.77, p.137-56, jun./jul. de 1941.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
Verbetes Cultura, Identidade, Patrimônio, Modernismo?